

3 Enfermagem e Docência: quais as semelhanças?

Este capítulo é destinado a apresentar, com base nas representações dos professores entrevistados, as semelhanças entre essas duas profissões. Para facilitar nossa compreensão do estudo e seus desdobramentos, faremos sempre o contra-ponto entre enfermagem e docência, mas sem perder de vista que tratamos de seres-humanos que desempenham as duas profissões concomitantemente.

Enfermeiros e Professores colecionam em sua trajetória histórico-profissional características semelhantes em seus perfis coletivos, discutidas por diversos autores (Nóvoa, 1991; Enguita, 1991; Vieira, 1999; Alves, 2001; Rodrigues, 2001; Cunha, 2004; Schuler, 2005; Silva, 2006; Ferreira, 2006; entre outros) que se revelam em seus discursos sobre suas práticas, assistenciais e de sala de aula, e sobre a imagem que fazem de seu ofício. Um dos eixos levantados nesta pesquisa remete ao modo como se vêem profissionalmente e como crêem que são vistos pela sociedade na qual estão inseridos. Por isso, tais semelhanças serão apresentadas para que possamos conhecer mais a fundo essas identidades coletivas.

Na fala da entrevistada abaixo encontrei o fio da meada para a necessidade de analisar essas características comuns a ambas as profissões, como se eles, Professores-Enfermeiros da Escola de Saúde não acumulassem duas profissões mas fossem “profissionais bi-modais”:

“A pessoa faz aquele comentário “podia ser médico, por que vai ser enfermeiro?”, como se o enfermeiro fosse menor, e aquela imagem do professor como sendo uma profissão que ninguém quer ser: “além de ser enfermeiro vai ser professor”!!!” (grifo nosso)

(professora civil)

Além de enfermeiro, professor. O que esta sentença curta, porém forte, traduz? A partir desta frase de impacto, busquei entender o que havia por trás dela, quais os seus significados. Para que pudesse entender como esses professores construíram suas auto e hetero imagens fui buscar conhecer como estas duas profissões são vistas socialmente. Enfermagem e Docência já foram definidas de diversas formas socialmente, vistas por diferentes lentes:

Como “profissões impossíveis” por Freud (1919):

Minha cota pessoal nessa aplicação da psicanálise foi muito leve. Em um primeiro estágio, aceitei o bon mot que estabelece existirem três profissões impossíveis - **educar, curar** (grifo nosso) e governar - e eu já estava inteiramente ocupado com a segunda delas. (Prefácio de a 'Juventude Desorientada', de Aichhorn, publicado no volume XIX da Standard Edition, edição brasileira, Imago, 1976, p. 341)

Ou descritas como semi-profissões, com a idéia-base de que existiria uma relação direta entre a feminização de certas profissões, a sua proletarização em termos sócio- econômicos e sua desqualificação social. As profissões com maior participação feminina seriam profissões incompletas, mais dóceis e conseqüentemente mais maleáveis ante os atropelos do Estado.

O conceito de “semi-profissão” surgiu principalmente nos anos 50 e afirmou-se nos anos 60 no mundo anglo-saxónico, para designar profissões ocupadas principalmente pôr mulheres como **a docência, a enfermagem** (grifo nosso), o serviço social e mesmo o trabalho em arquivos e bibliotecas, tendo a sua teorização ficado muito a dever ao hoje relativamente pouco conhecido sociólogo Amitai Etzioni na sua obra *The Semi-Professions and their Organization* (1969). (Guinote, 2007)

Para Dubet (2002) e Tardif (2005), estes tipos de trabalho sobre e com os seres humanos congregam em sua estrutura de ação a subjetividade que permeia as relações entre pessoas. Os pacientes internados nos hospitais, excetuando-se os inconscientes, ou os alunos que tem a obrigação de freqüentar a escola, (em meio civil até certa idade, mas no caso da Escola de Saúde os militares devem concluir o curso com êxito ou serão jubilados da Força), podem se opor à ação que lhes é imposta, podem resistir à ação do outro. É indispensável que o “outro” faça sua adesão ao que lhe é proposto, e o profissional vive no constante movimento de conquistá-lo. A capacidade de motivar os alunos a participarem de sua ação põe à prova a personalidade e a influência do docente. Alunos gostam e detestam tanto professores tradicionais quanto adeptos a técnicas modernas, jovens como idosos, mais ou menos severos... alguns se identificam desde o primeiro dia de aula, outros se suportam ao longo do ano letivo. Não há uma regra de ação, o que há de comum nos relacionamentos professor – aluno é que os alunos se interessam por quem se interessa por eles, por quem os enxerga como indivíduos, além de sua condição de alunos. Dubet (2002) chama isso de “conjunto excepcional de virtudes”, de qualidades, não reduzíveis a um rol de técnicas e métodos. Até mesmo por que as ditas técnicas não são auto-realizáveis,

não são um fim em si, elas só são eficazes na medida em que são operacionalizadas pelos indivíduos.

A prática da Enfermagem também orbita em diversos espaços, os espaços técnico-científicos e de todas as atividades a serem realizadas naquela unidade de enfermagem e seu relacionamento com o doente. É necessário que o doente seja convencido a participar das ações da enfermagem para o alcance da cura. Assim, o professor espera que o aluno aja como aluno, o enfermeiro espera que o doente aja como doente, para que ambos possam realizar suas atividades eficazmente. Daí sua profissionalização só acontecer nesse relacionamento sobre e com o “outro”. Tendo sua ação fundamentada em valores morais, na empatia, na compreensão e na negociação, o cuidar e o educar que configuram sua atividade fim, vão se desenvolver conforme a linguagem, a afetividade e a personalidade dos trabalhadores e “trabalhados” se apresentar.

Na fala de Tardif a posição central das relações humanas no trabalho docente é clarificada:

A docência é um trabalho cujo objeto não é constituído de matéria inerte ou de símbolos, mas de relações humanas com pessoas capazes de iniciativa e dotadas de uma certa capacidade de resistir ou de participar da ação dos professores....o fato de trabalhar com seres humanos, portanto não é um fenômeno insignificante ou periférico na análise da atividade docente: trata-se pelo contrário, do âmago das relações interativas entre os trabalhadores e os “trabalhados” que irradia sobre todas as outras funções e dimensões do métier. (2005, p. 35)

Mas não só no trabalho docente, esta definição também pode ser aplicada ao trabalho em enfermagem, já que o ser humano é o receptor de todos os cuidados.

Vocação, sacerdócio, profissões femininas, busca pelo reconhecimento profissional, desvalorização sócio-financeira... Assuntos desde sempre em ebulição nestas duas profissões, que emergiram ao longo das entrevistas, e que serão apresentados a seguir.

3.1

A ideologia da vocação ou sacerdócio como componente das identidades profissionais

Dentre os traços marcantes levantados nas falas dos professores entrevistados, a dimensão da vocação ou sacerdócio, uma das incontáveis dimensões que podem compor os perfis profissionais de enfermeiros e professores, desponta. Quando perguntados sobre sua auto e hetero imagem de enfermeiros e de professores, em alguns discursos a questão do cuidar emerge em algumas falas. Alguns se assumem como “cuidadores”:

“(Como você se vê como Enfermeiro?) *Como um **profissional do cuidado** (grifo nosso), *consigo e com os outros, **que se doa** (grifo nosso) para poder desempenhar bem o seu papel social... (E como professor?) *É muito parecido, mas o mais bonito dessa **nobre função** (grifo nosso) é você poder compartilhar experiências...*”**

(militar da reserva, ano de formação: 1979)

A idéia de “cuidador”, de doação e nobreza na docência e na enfermagem é algo presente na história da organização de ambas atividades como profissão.

Desde o Brasil colônia, quando a atividade docente começa a se instalar, ela apresenta traços vocacionais e/ou sacerdotais. Inicialmente, traços bem marcados, pois a cultura ibérica se estabelece no país através da Ordem dos Jesuítas, em 1549. Como afirma Oliveira (2004), catequizando índios ou se ocupando da educação das elites, os jesuítas criaram o primeiro sistema educacional na colônia, baseado nos ideais clássicos e humanistas vigentes à época. A Reforma Pombalina, em 1759, extingue oficialmente este sistema, tornando laica e pública a Educação, porém as características pertinentes ao extinto sistema perduraram na prática dos mestres-escolas e preceptores da aristocracia, devido a sua formação ter sido de ordem jesuítica.

Em publicações pedagógicas, que circulavam durante a época imperial, a relação do ofício docente e a pobreza eram constantemente vinculados. Schueler (2005) afirma que os professores eram tidos como “filhos do povo”, sua educação era seu único bem a ser passado aos seus descendentes. As imagens construídas por tais periódicos buscavam fortalecer a idéia de que professores eram homens e mulheres honestos, ciosos, respeitáveis e, tal qual sacerdotes, conscientes de sua missão pedagógica. A aura sacerdotal, os sacrifícios em favor das crianças,

era, conforme Schueler, sempre remetidas às origens jesuíticas. E, em Antonio Nóvoa (1987), pode-se ver que apesar do processo de estatização e laicização da escola, este processo não prescindiu do sistema católico no tocante às disciplinas e às imagens docentes, com professores sempre dispostos a se tolher em prol da educação (baixos salários seriam bons exemplos de sacrifício ou mortificação).

Visitando a história da Enfermagem podemos encontrar o mesmo traço vocacional ou sacerdotal visto na docência. Sempre existiram, desde tempos remotos, mulheres “enfermeiras”, ajudando de casa em casa, de cidade em cidade, cuidando de outras mulheres, enfermos, crianças, deficientes e pobres. Identificadas pelo povo com sábias, elas eram tidas como feiticeiras pela Igreja Católica, que creditava seus “poderes” à sua sexualidade. Com o extermínio dessas mulheres pela Inquisição, Lima (2005) afirma que congregações cristãs foram assumindo esse papel. Para a autora, os primórdios da Enfermagem de hoje são originados principalmente na Confraria das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, na França, e ao Instituto das Diaconisas de Kaiserwerth, na Alemanha, que recebiam mulheres a fim de instruí-las no cuidado dos doentes de maneira eficiente¹². No Brasil, até o século XX, tal profissão era praticada por religiosas, que eram, em sua maioria, vindas da Europa, que além dos cuidados, formavam pessoas em tais cuidados. Lima discorre sobre o trabalho das freiras, que era desenvolvido sobre pilares como amor, abnegação e desprendimento, não valorizando remunerações dignas ou condições adequadas de trabalho.

Este caráter vocacional, sacerdotal, não está confinado ao passado da docência e da enfermagem. Muito pelo contrário, continuam presentes nas discussões e nos discursos sobre as práticas diárias de ambos os profissionais (Nóvoa,1991; Enguita,1991; Vieira, 1999; Alves, 2001; Rodrigues, 2001; Cunha, 2004; Schuler; 2005; Silva; 2006, entre outros).

Vieira (1999) em seus estudos sobre a representação do cuidar na Enfermagem, baseado em Spink (1994), afirma que os traços que compõem a identidade profissional hoje da Enfermagem, apesar de estarem sendo solicitados em tempo presente, onde a requisição de interação profissional esta ocorrendo, expressam as representações sociais adquiridas ao longo das trajetórias de vida

¹² “A formação do Enfermeiro para o cuidado, como prática profissional, tem início em 1860, na Inglaterra Vitoriana, com Florence Nightingale, onde ocorreu a categorização da equipe de Enfermagem (nurses e lady-nurses) havendo uma fragmentação das tarefas relacionadas ao cuidado”(Souza et alli, 2006 pg. 805)

dos profissionais, em seu processo de socialização, com suas influências culturais e históricas. O agora nada mais é do que a atualização do ontem. Assim, em seus dados de pesquisa, a autora diz que quando os enfermeiros são questionados sobre o que difere a enfermagem das outras profissões o “cuidar estando perto” é resposta padrão em sua amostra e na população estudada por Vargens (1996).

Porém, uma outra forma de encarar esta função de “cuidador” como componente da profissão também emerge nos discursos colhidos:

*“...descobri que o que queria era ficar ali, ao lado do doente, **cuidando mesmo, mas sem o caráter missionário** (grifo nosso), **profissionalmente!** Sou profundamente realizada na vivência das duas profissões e altamente qualificada..”*

(professora civil, ano de formação- 2003)

Se compararmos as duas falas sobre o cuidado, a fala de L., em que afirma ser “um profissional do cuidado”, com a fala de K., que afirma “*cuidar profissionalmente*”, confirmaremos a análise de Vieira (1999), pois L. graduou-se em 1979 e K. em 2003. A diferença de posturas diante do cuidado é compatível com os cenários sócio-acadêmicos no momento de suas graduações. Vieira (1999) compara os atributos humanismo e conhecimento científico no interior da concepção de profissão de enfermagem. Sua reflexão sugere um maior equilíbrio de tais atributos na prática de enfermagem conforme o ano de formação dos entrevistados vai se aproximando da década de 1990 e o tempo de exercício profissional dos entrevistados varia de 05 a menos de 15 anos. O que coincide com o período em que o meio acadêmico, conforme Almeida & Rocha (1986) afirmam, busca cada vez mais exaltar a cientificidade da profissão.

Outra característica, de ambas as profissões, que sinaliza a questão da vocação, é o sentimento de que foram predestinadas para o ofício, sendo natural este fato em seus discursos, quando perguntados sobre como se deu seu ingresso na vida docente:

“ Não...eu tinha intenção desde a época da minha graduação... desde antes,, acho que desde a época do ensino médio eu já tinha interesse em entrar para a área da Educação...”

(M2)

“...eu comecei a buscar isso, sempre gostei.”

(M1)

“...na verdade, o que me trouxe para a docência foi realmente que eu já tinha aquele interesse, eu já tinha a vontade de dar aula.”

(professora civil)

Esse gosto pela profissão sem motivo explícito, essa naturalização da escolha profissional como se nunca tivessem pensado em nada diferente, confirma a idéia de Lelis (1996), pois nas falas acima a palavra “vocação” não aparece claramente, mas seu sentido fica implícito em seus discursos. Esse desejo, essa amorosidade presente nas falas acima, já foi descrita por Paulo Freire (1996) como uma das condições da realização da docência, mas não significa uma característica antagônica à sua cientificidade profissional. Para Carvalho (1999), essa naturalização da docência advém dos componentes implícitos e não organizados da qualificação profissional, aqueles que são adquiridos pela socialização do indivíduo. Para alguns autores da Sociologia e da Psicologia (Chodorow, 1990; Gilligan, (s.d.); Grahan, 1991; Thomas, 1993), focados na feminilidade, afirmam que trabalhos relacionados ao “cuidar” tem sua origem nos trabalhos domésticos, nos cuidados aos doentes e incapazes, e a conexão destes trabalhos com as mulheres é automática, natural. A passagem destas atividades dos lares para os hospitais e as escolas parece ser a opção profissional das mulheres, por exigirem as mesmas habilidades. Assim, as habilidades adquiridas pelas mulheres, associadas à feminilidade, são naturalmente transponíveis à docência e à enfermagem.

Mas se a naturalização da docência, do cuidar é relacionada a socialização feminina, como explicar essa naturalização da docência para os homens, como M2, Primeiro-Tenente, um dos entrevistados citados a cima. Para Thomas *apud* Carvalho (1999, p. 52) o conceito de “cuidado” que definiria as profissões “naturalmente” femininas perde esse caráter de divisor das águas da divisão sexual do trabalho. Em Noddings *apud* Carvalho (1999, p.54), o “cuidado” brota da experiência humana primeira, a de ser cuidado: “... *receber e ser recebido, cuidar e ser cuidado: essas são as realidades básicas do ser humano e suas reivindicações básicas*” (Noddings *apud* Carvalho, 1999, p.55).

O cuidar e ser cuidado estariam na base das necessidades humanas, mas M2, ao término de sua entrevista, trouxe um dado interessante de sua biografia, sua mãe é Pedagoga e sua irmã mais velha é Enfermeira. Creio que com

esta constituição familiar, o “cuidado com e para o outro” foi mais fortemente presente em sua socialização. Dias após a realização das entrevistas, durante a observação de campo, em conversa informal, M1 também trouxe à tona o fato de sua mãe ser enfermeira. Lelis (1996) afirma que determinações sociais, às vezes tão minúsculas que passam despercebidas, vão definir comportamentos e hábitos nas trajetórias de vida dos indivíduos, seu *habitus*. Suas experiências vão delimitar seu campo de possibilidades, de opções pessoais e profissionais, vão configurar sua matriz de ação. O agora como atualização do ontem.

3.2

A dimensão do feminino na composição das imagens profissionais

A presença feminina na docência, bem como na enfermagem, somada ao caráter missionário-vocacional discutido acima, deve ser investigada.

Segundo Ferreira (2004), determinadas mudanças sociais vão, paulatinamente, permitindo o acesso feminino à escola, como alunos e docentes.

Até a metade do séc.XIX o magistério era exercido por homens – Padres – mas, nas décadas finais deste século o número de professoras sofre um aumento considerável na instrução pública. Segundo Schuler (2005), em 1872, o censo contabilizou 270.000 habitantes, entres livres e escravos, a fotografia da instrução pública primária, rural ou urbana, era a seguinte: 15 escolas públicas rurais/ suburbanas – 10 masculinas e 05 femininas; 32 escolas urbanas com a mesma proporcionalidade de gênero; nestas últimas o corpo docente era composto por 89 professores – 49 homens e 37 mulheres. Em 1884, segundo informações do *Relatório do Ministério do Império*, o número de professoras triplica, dos 197 docentes 107 eram mulheres.

Começa a ser tecida então a trama social que classifica a docência como trabalho feminino pela íntima relação do cuidar doméstico com o cuidar escolar. Para psicólogas francesas, marcadamente feministas, (Hurtig & Pichevin, 1986) classificar e definir os indivíduos, processo social de segregação sexual, se dá nos primeiros minutos de vida dos indivíduos, onde o critério de ausência ou presença de pênis já é um ato social segregatório.

No final século XIX e início do XX, a força de trabalho era marcadamente segregada pela sexualidade, que tinha uma visão “naturalista”¹³ da mesma. O que significou quais eram os espaços de trabalho feminino e as profissões pertinentes. (Silva, 2006). Nogueira *apud* Costa & Silva (2007, p.19) descreve este período como de grande proliferação de serviços públicos e do comércio, conseqüentemente, maior emprego da força de trabalho feminina, “*para desenvolver funções como de vendedoras de selos nos correios, de operadoras de telégrafos e nas telefônicas, de enfermeiras nos hospitais e de professoras nas escolas*” (grifos nossos).

Para Moreira (1999), “a saída de casa”, da esfera doméstica, da mulher se dá através de profissões como o magistério e a enfermagem, mas suas funções estão relacionadas com o cuidar doméstico, remetidos ao universo familiar. É como se o hospital e a escola fossem uma extensão de seu lar, onde deveriam gerir, nutrir e cuidar. Um tipo de “mãe profissional”. Essa feminização ostensiva de ambas as profissões são ressaltadas inclusive nos discursos masculinos:

“...As pessoas, de uma maneira geral, costumam perceber a Enfermagem como sub-profissão, relacionada com a prostituição, a pobreza, a falta de conhecimento em atividades de saúde. Isso é histórico... Florence, apesar de ter sido de família nobre, selecionou 38 mulheres para ajudá-la na criação de melhores condições para atender os enfermos da Guerra da Criméia, mas apenas 06 conseguiram a excelência de atendimento. Diz-se que muitas se envolveram com pacientes, militares, alcoolismo e prostituição.”

(M2)

Tardif (2005) afirma, em seus estudos sobre o trabalho docente, que ainda hoje pelo menos 85% do Corpo Docente como um todo é composto por mulheres. Na Escola de Saúde esta afirmativa se confirma no tocante aos professores civis, dentro do Corpo Docente do Curso de Especialização e de Aperfeiçoamento em Enfermagem (Auxiliar e Técnico de Enfermagem), temos o seguinte panorama: 10 professores civis – 08 mulheres; e os professores civis contratados para o acompanhamento dos alunos em campo de estágio¹⁴ – 33 ao total, apenas 03 homens. Quanto aos professores dos cursos de Curso de Especialização e de Aperfeiçoamento em Enfermagem (Auxiliar e Técnico de

¹³ Segundo Nogueira (2004, p.22), dentre as explicações que caracterizam a força de trabalho feminina como de menor valor, estão as diferenças biológicas entre homens e mulheres, baseadas na sua “inferioridade física” e função de reprodução.

¹⁴ Citados aqui apenas para clarificar a paisagem, mas não objetos de estudo desta pesquisa.

Enfermagem) militares esta situação se inverte: 11 professores – 10 homens e 01 mulher. Para esta pesquisadora esta situação se deve às características peculiares ao militarismo, pois, apesar do crescimento contínuo do número de mulheres nas Forças Armadas, a massa de manobra masculina é maior, pois, no Brasil, as mulheres, apesar de já participarem de missões como apoio a população ribeirinha e hospitais de campanha, não vão para a guerra, o que justificaria o menor contingente feminino.

Apesar de todas as mudanças sofridas pelos profissionais da educação, Tardif afirma que o imaginário coletivo é impregnado por essa idéia, mesclada com o altruísmo, a virtude, a doação. As atividades desenvolvidas por estes profissionais não podem ser medidas ou quantificadas, pois atuam junto, com e para alguém. O autor supra citado classifica estas atividades como “invisíveis” quais sejam, o investimento afetivo, o foco no outro, com resultados de difícil mensuração. Atividades compatíveis com o que o imaginário social espera do trabalho das mulheres, seja no lar, na escola ou no hospital.

A figura feminina na Enfermagem também se materializa e se perpetua no perfil profissional. Como aponta Lima (2005), desde a base ideológica da formação da enfermagem, que tinha sua origem no modelo cristão, houve o culto à superioridade feminina, como que em referência a Virgem Maria. Assim, a sexualidade das estudantes de enfermagem deveria ser banida de sua prática. Os impulsos sexuais e os desejos do corpo deveriam ser sublimados e transformados em amor devoto aos pacientes.

Desde sempre houve mulheres trabalhando no cuidar das famílias, mas, é Florence Nightingale (1820-1910) a precursora da Enfermagem moderna, com reflexos no Brasil em Anna Justina Nery (1814-1890), apelidada de “Mãe dos Brasileiros” pelos soldados brasileiros, aos quais prestou socorro durante a Guerra do Paraguai (1864-70). Para Lima (2005), o culto as imagens e ações desenvolvidas por essas mulheres projetam a imagem de que os profissionais desta área deveriam estar imbuídos dos mesmos sentimentos.

No currículo oculto, nem tão oculto assim, à época do início da organização da enfermagem como profissão e formação universitária, era preciso bloquear todo o erotismo, a sexualidade era algo sujo que deveria ser banido. Esse controle era bem rígido como a modelagem dos uniformes, a proibição do uso de qualquer adorno ou maquiagem. Também era proibido o envolvimento em

questões políticas na vida universitária. Qualquer transgressão a estas regras poderia significar expulsão do curso.

Porém, além da vinculação da imagem feminina na Enfermagem com a virtude e com o sacro, já houve, conforme relato de Gomes & Oliveira (2005), também a relação com a prostituição e a sexualidade, como aconteceu com as “bruxas” queimadas nas fogueiras da Inquisição ou nos relatos de guerras.

Tais construções histórico-sociais-culturais são ativamente presentes na confecção da auto-imagem profissional, como pode ser visto abaixo, no discurso dos profissionais entrevistados:

“Já houve um período um pouco difícil de encarar... é a questão do gênero... se a profissão sempre foi marginalizada para a mulher, avalie para o homem...”

(M2)

Em outros momentos de sua fala, os professores utilizam essa característica para fazer um panorama comparativo- histórico dessa imagem socialmente difundida, num intuito de demonstrar a valorização da profissão galgada ao longo dos anos:

“...antes (a carreira de enfermeiro) era muito marginalizada, por que só quem fazia enfermagem se fosse mulher era prostituta, mulher da vida, era muito associado a isso e não era valorizada. Hoje não, isso está mudando”

(M1)

Remetendo-nos ao hospital, lugar primeiro do trabalho em enfermagem, vemos que sua origem é mais complexa que a escola por que provém de dupla filiação. É herdeiro das instituições caritativas e religiosas, mas também é depositário das instituições científicas, regidas pela medicina. A enfermagem também é fruto desta dupla filiação, desses dois mundos que nunca se integram completamente. Seus profissionais vivem sempre nesta oscilação, cuidar, cuidar profissionalmente. Dubet afirma serem as enfermeiras profissionais muito críticas: ora técnicas demais, ora técnicas de menos, ora foco no relacionamento demais, ora de menos.

3.3

Desvalorização profissional e construção de identidade sócio-profissional

É nos finais do século XVIII que, segundo Nóvoa (1991), começa, efetivamente, o processo de estatização da escola tendo como conseqüência transformações na concepção de docente. O Estado laico assume as atribuições de ensinar e escolarizar diretamente proporcional à necessidade de se ter o professor como 'funcionário' da docência. Permanecendo ainda a idéia de constituição desse profissional marcada pela idéia da docência como sacerdócio, pois, para o autor, “*a gênese da profissão docente é anterior à estatização da escola*” (p. 118) e esta imagem, a partir do período supra citado será somada às características que começam a ser associadas ao ofício docente.

Segundo periódicos pedagógicos que circulavam na Corte, a busca pela consolidação do professor como agente indispensável à civilização e ao progresso amplamente desejado era uma constante. Na busca do reconhecimento público da importância da Educação transparecia, segundo Schuler (2005), a busca pela própria construção e afirmação do professorado como profissionais. Não diferente das manchetes atuais, tais periódicos eram carregados de discursos sobre a missão crucial do mestre e das dificuldades atravessadas pelos mesmos, como precariedade material, abandono do governo, as exigüidades dos salários recebidos bem como o desconto dos aluguéis das casas escolares em seus contracheques¹⁵ e a pobreza dos recursos instrucionais.

De acordo com Carlos Brazil, professor primário público à época, e um dos redatores dos periódicos pedagógicos circulantes¹⁶, os professores públicos eram pessoas pobres, formadas nos interiores das escolas, primeiro como adjuntos e, depois de efetivados, permaneciam recebendo salários miseráveis.

A questão da formação profissional também já era discutida. Dizia-se dos professores que sua única herança era a educação, passada de pais para filhos,

¹⁵ A ausência de edifícios escolares públicos implicava no desconto dos vencimentos dos mestres-escolas dos aluguéis das casas escolares. Sobre esse assunto ver “Extrato do Relatório de José Bento da Cunha Figueiredo, Inspetor Geral de Instrução da Corte” Instrução Pública, Ano I, n21, 01/09/1872.

¹⁶ Nesta pesquisa faço referência ao periódico *Instrução Pública: Publicação Hebdomadária*, redigido por um grupo de professores primários públicos da Corte Imperial, publicado em meio a discussões sobre as reformas educacionais imperiais, que passa a circular nove meses após o Manifesto dos Professores Primários, assinado pelo professor Manoel José Pereira Frazão, em nome de outros 35 docentes. O primeiro exemplar do periódico foi distribuído em 13 de abril de 1872.

perpetuando o ofício docente no meio familiar. Era como que uma tradição familiar a transmissão dos saberes e práticas da profissão, e de professores catedráticos para os adjuntos, que, às vezes também eram filhos ou sobrinhos dos mesmos (Schuler, 2002). Esta carreira, classificada socialmente, como visto no discurso de Alambary Luz, professor público à época, como a carreira de pobres, não recebia do governo auxílio de tipo algum na formação inicial e continuada dos docentes. Como relata Francisco Castilho¹⁷, também professor público à época, *“Os professores não possuíam tempo nem dinheiro para compra de livros e manuais que visassem aprimorar seus estudos, suas técnicas e suas metodologias de trabalho.”*

Caminhando para os dias atuais, Ludke & Boing (2004), elencam diversos fatores pertinentes à identidade profissional dos professores. Para os autores, tal identidade vem sofrendo fortes repercussões pelas transformações ocorridas no mercado de trabalho, assim como outras profissões. Além disso, a identidade do professorado apresenta certa fragilidade, condizente com um grupo cuja função não pode ser mensurada e ter seus resultados explicitados, quantificados socialmente. No caso dos professores, especialmente no caso dos professores do ensino elementar, esta característica abstrata, impalpável, pode parecer aos olhos da sociedade despreparo, ou ausência de formação específica, a ponto de levar certos adultos a pensarem que qualquer um deles pode exercê-la (Ludke & Boing, 2004). Outro fator que também concorre para essa fragilidade é o crescente número de mulheres, o que alguns autores consideram um traço comum às ocupações mais fracas ou semi-profissões, como já descrito anteriormente neste capítulo. Para os referidos autores, diversos são os itens que concorrem à lista das fragilidades da profissão docente quando a mesma é comparada às diversas profissões liberais:

Poderíamos também enumerar a entrada e saída da profissão, sem o controle dos seus próprios pares; a falta de um código de ética próprio; a falta de organizações profissionais fortes, inclusive sindicatos, o que, na comparação com o caso francês, deixa os nossos professores em situação ainda mais frágil; e também, sem querer esgotar a lista, a constatação de que a identidade "categorial" dos professores foi sempre bem mais atenuada, isto é, nunca chegou a ser uma "categoria" comparável à de outros grupos ocupacionais. E isso não apenas no Brasil. (p. .11)

¹⁷ “Ao sr. Alambary Luz considerações de um Professor público acerca da Instrução Pública” Francisco da Silva Castilho. Instrução Pública, Ano I, 26/06/1872, p.99-101.

Durante as entrevistas, quando perguntados sobre a construção social da imagem docente, vários professores indicam a desvalorização socioeconômica da profissão em suas falas, contrapondo a escassez de salários e as difíceis condições de trabalho com as características “nobres” da docência:

*“O professor tem um histórico melhor (que o da Enfermagem). De **respeito**, de **detentor do conhecimento**, de **nobreza**, de **autoridade** (grifo nosso)...sabemos que, apesar da realidade financeira ser desumana, ainda há de se considerar que o professor muitas vezes consegue uma posição **de melhor destaque na sociedade do que o profissional de enfermagem** (grifo nosso).”*

(M2)

*“...acham que a profissão é **bonita** (grifo nosso) e tudo, mas a nível financeiro não há uma valorização...ele tem que trabalhar em vários lugares...”*

(M1)

*“O professor, apesar de não ter o reconhecimento financeiro de sua atividade, sua **função social** (grifo nosso) é valorizada”.*

(professora civil)

Suas falas apontam para uma posição histórica e socialmente inferior do Enfermeiro em relação ao Professor. Creio que isso se deve ao fato de o professorado nunca ter tido sua imagem social ligada à prostituição ou à sexualidade explicitamente. Apesar de ser uma profissão massivamente feminina, a figura mais pertinente a essa semelhança é a maternidade. Como dito anteriormente, desde o início da construção de sua imagem social esta foi vinculada à imagem de nobre função, indispensável à civilização. A enfermagem, porém, já teve a profissão sexualizada e, talvez por isso, os professores-enfermeiros vejam a docência como “levemente” superior à enfermagem. Suas auto e hetero imagens são povoadas por estas construções histórico-sociais. Dubet (2002) afirma que a enfermagem não tem o sentimento de crise, diferente da docência que sente estar perdendo seu *status* nobre, ela não tem a sensação da nobreza perdida, pois seu passado não é idealizado, e sim seu futuro.

Outro ponto a destacar é o entendimento do trabalho do Enfermeiro como importante por estar diretamente relacionado com a atuação caritativa ainda permeia o imaginário dos indivíduos, mesmo após anos e anos de exercício profissional, constituição de órgãos regulamentadores de classe e confecção de código de ética específico.

A concepção cristã de que à saúde atribui-se um sentido de agrado à Deus e a doença é tomada como punição deixou marcas profundas na história da Enfermagem. Porém, o modelo religioso sofre alterações na mudança do Feudalismo para o Capitalismo, passando ao modelo vocacional, onde são incluídos leigos no exercício da Enfermagem, mas não há o total abandono do modelo religioso.

Em Germano *apud* Vieira (1999), podemos ver como estes valores embasam historicamente os preceitos da Enfermagem moderna:

A ideologia da Enfermagem desde sua origem, e em particular, a de Ana Néri, para os brasileiros, significa: abnegação, obediência, dedicação. Isso marcou profundamente a profissão de enfermagem – o enfermeiro tem que ser alguém disciplinado e obediente. Alguém que não exerça a crítica social, porém console e socorra as vítimas da sociedade. Por essa razão, os enfermeiros enfrentam sérias dificuldades de ordem profissional, desde as longas jornadas de trabalho, baixos salários comparados aos de outros profissionais do mesmo nível, enfim, sua organização política é frágil e quase sem autonomia... (p.3)

Na década de 20, em São Paulo, por exemplo, as enfermeiras eram conhecidas como “normalistas” com treinamento em saúde pública (Santos & Faria, 2008 pg. 36). Apenas a partir da do final da década de 80 e começo dos anos 90, inicia-se no Brasil um movimento de redirecionamento para um novo enfoque, onde fica explícito que a Enfermagem está sendo considerada como um trabalho, uma profissão com seu espaço demarcado, posto que sua ação engloba todos os momentos do processo de trabalho, os instrumentos, os meios e a finalidade. Tais valores caritativos e sacerdotais são incompatíveis com as exigências mercadológicas atuais que os profissionais vivenciam. Outro fator que corrobora para o desprestígio dos Enfermeiros como profissionais, bem como discutido em relação à docência, é a ostensiva feminização da profissão. Silva *et al.* (2002) apresentam a maioria feminina na enfermagem como fator depreciativo de seu *status* profissional relacionado ao *status* de mulher na sociedade. Corroborando esta idéia, tem-se a análise de Oliveira *apud* Silva *et. al.* (2002) no 29ª CBEn:

A mulher brasileira ainda é, assim, cidadã de segunda categoria, face às limitações que encontra para seu pleno desenvolvimento e realização como ser humano. E o que poderia dizer à mulher que exerce Enfermagem nas suas várias categorias? Duplamente discriminada pela posição de mulher e de enfermeira, o seu relacionamento é, não raro, cheio de tensões, exigindo um

esforço consciente para que seu trabalho não seja minimizado, ou até mesmo, ofuscado. (p.6)

Para Lima (2005), a linguagem, que estrutura a realidade, coloca em desvantagem e desvaloriza a identidade profissional dessas mulheres enfermeiras, pois ao se referir a todos os profissionais da enfermagem como apenas enfermeiros, sem fazer menção às enfermeiras, induz a categoria, majoritariamente feminina, a perder territórios conquistados, pelo simulacro contido nas palavras que é veiculado.

A formação inicial também é pólo de discussão na construção da identidade profissional da Enfermagem. Composta por três níveis possíveis de formação: Auxiliar de Enfermagem – ensino fundamental; Técnico de Enfermagem – ensino médio; e Enfermeiro – nível superior, muitos autores e alguns entrevistados atribuem a esta gama de possibilidades de formação com um único, errôneo, rótulo social – Enfermeiros - um fator contribuinte para o descrédito e desvalorização da mesma. Canário (2003) afirma que a formação (inicial e continuada) dos profissionais de saúde não-médicos, particularmente dos enfermeiros, é ponto crucial nos processos de construção e afirmação da identidade profissional dos mesmos, posto que anteriormente aos anos 70, tanto no Brasil como em Portugal, o modelo médico de profissionalismo¹⁸ reinava absoluto, contrastando com a má formação de alguns vários enfermeiros, que muitas vezes não possuíam a quarta série primária.

O que não é muito distante da estrada da formação dos professores. Curso Normal, Curso Normal Superior, Graduação em Pedagogia...inúmeros títulos e níveis e possibilidades de formação, mais longas ou mais enxutas, que sinalizam à sociedade que o ofício docente pode ser executado por qualquer um. O saber acadêmico, adquirido no meio universitário e fonte de poder e proeminência em diversas profissões liberais, não ocupa o mesmo lugar de destaque na Enfermagem e na Docência, talvez pelo distanciamento dos bancos acadêmicos para o dia-a-dia das salas de aula e dos leitos hospitalares.

¹⁸ A medicina, com seu saber e prática, seria um modelo para a construção identitária profissional para a Enfermagem, devido à sua hegemonia social, seu alcance e reconhecimento social. Um “modelo atraente”.

A construção social da imagem da Enfermagem, na visão dos docentes da Escola de Saúde, presente em seus discursos, é pincelada por estas características discutidas acima.

“A enfermagem é uma profissão que, a meu ver, se apresenta (tem uma imagem) com dois pólos distintos (grifo nosso): um que considero ruim, com pouco preparo, com pouca qualidade, com pessoal mal remunerado, com pouco reconhecimento, com pouca auto-valorização, etc. e, conseqüentemente, com baixo grau de reconhecimento do grupo social no qual está inserido. (maioria) E outro pólo que é muito bom, composto por elementos que possuem características radicalmente opostas. E que, geralmente, detém as melhores posições no mercado de trabalho e com maior reconhecimento social (minoria).”

(professor civil)

O que sinaliza que, assim como na profissão docente existem os manifestos que levantam facetas negativas da profissão, e existem grupos otimistas, que sublinham as facetas positivas da profissão, os Enfermeiros também dividem-se em diferentes vertentes.

Cabe observar também a constante necessidade de justificar suas escolhas profissionais e sua competência. . Remetendo-nos à fala da professora S., citada no início deste capítulo, “além de enfermeiro, professor !” concentra isto. Como se socialmente eles se sentissem impelidos a provar sua competência, sua profissionalidade apesar da sua condição de enfermeiros, de professores, de mulheres ou homens.

“Posso te dizer que sou mais realizado profissionalmente como docente do que como enfermeiro. Talvez pela idéia que a sociedade tem do profissional enfermeiro.”

(M2)